

INTRODUÇÃO E SUMÁRIO EXECUTIVO



INTRODUÇÃO

À semelhança de anos anteriores, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) disponibiliza a publicação “*Igualdade de Género em Portugal – Boletim Estatístico 2022*” que apresenta a situação de mulheres e de homens em Portugal, em várias áreas de vida em sociedade:

1. População;
2. Saúde
3. Educação, formação e ciência;
4. Digitalização e Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC);
5. Trabalho e emprego;
6. Poder e tomada de decisão;
7. Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar;
8. Pobreza e proteção social;
9. Violência de género;
10. LGBTI
11. Capítulo temático: Monitorização do orçamento com perspetiva de género

A igualdade de género significa igualdade de direitos, de liberdades, de oportunidades, de escolhas, de participação, de reconhecimento e de valorização de mulheres e de homens, em todos os domínios da sociedade e é reconhecida hoje como essencial para o processo de desenvolvimento sustentável, democrático e à formulação de políticas de desenvolvimento nacional eficazes. Assim, torna-se essencial levar em consideração as diferenças entre mulheres e homens quando se analisa determinado fenómeno, determinada política ou determinado processo social para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas, ajustadas e justas a todos os cidadãos e cidadãs, no presente e no futuro.

Pretende-se, igualmente, que a presente publicação contribua para a monitorização das próprias Políticas Públicas já em vigor, tendo sido selecionados indicadores que vão ao encontro da [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual»](#), aprovada pelo XXI Governo Constitucional, a 8 de março de 2018 e publicada em Diário da República através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º](#)

[61/2018, de 21 de maio](#), bem como o acompanhamento do Orçamento de Estado (OE) com perspetiva de género.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A população residente em Portugal continua a ser maioritariamente composta por mulheres. Nasceram mais homens do que mulheres, mas a taxa de mortalidade nestes é superior; e as mulheres apresentam maior esperança de vida à nascença do que eles.

Viver mais anos do que os homens não significa, contudo, que sejam anos de vida saudável:

- mais mulheres percecionam o seu estado de saúde como “mau” ou “muito mau” do que os homens;
- mais mulheres referem ter doenças crónicas ou problemas de saúde do que os homens;
- mais mulheres sentem-se limitadas na realização de atividades, consideradas habituais para a generalidade das pessoas, do que os homens.

Tem-se verificado, nos últimos anos (a partir de 2016, especialmente), um aumento relevante da taxa de mortalidade materna e nota-se, igualmente, o aumento da mortalidade provocado pela pandemia de COVID-19 no ano de 2020.

Relativamente à educação e à digitalização e TIC, também existem diferenças significativas entre as raparigas e os rapazes, nomeadamente:

- os rapazes têm maior probabilidade de abandonar precocemente a educação;
- mais raparigas terminam o ensino superior do que os rapazes;
- o rendimento escolar de raparigas é superior ao dos rapazes, mas abrange diferentes disciplinas porque a partir do ensino secundário, fundamentalmente, elas e eles optam por áreas diferenciadas;
- apesar de existirem mais mulheres diplomadas do que homens, em geral, elas são a maioria das pessoas diplomadas nas áreas da saúde e proteção social e ciências empresariais, administração e direito e, a minoria das pessoas diplomadas nas áreas STEM (em especial das diplomadas nas áreas das Engenharias, Indústrias transformadoras e Construção) e nas Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial na área de Informática;

Estes factos influenciam a segregação das escolhas educacionais que conduzem à consequente segregação do mercado de trabalho.

Existe uma forte correlação entre segregação do mercado de trabalho e as mulheres estarem mais representadas em trabalhos pior remunerados, já que o nível, prestígio e o

aumento remuneratório ao longo da hierarquia têm sido mais favoráveis aos homens e mais penalizadores para as mulheres.

No que respeita ao emprego e ao trabalho destaca-se:

- A taxa de desemprego e a taxa de inatividade das mulheres são sempre superiores às dos homens;
- As mulheres são a maioria da população inativa devido a responsabilidades de cuidar – salienta-se que este indicador engloba não se estar ativamente à procura de trabalho por ter de "*cuidar de crianças ou pessoas adultas incapacitadas*" bem como "*outras responsabilidades familiares e/ou pessoais*";
- A maior parte das pessoas que trabalha a tempo completo são homens e a que trabalha a tempo parcial são mulheres - Vários estudos têm sublinhado que a feminização do emprego a tempo parcial se explica com base na persistência de representações sociais tradicionais e na assimetria na partilha de responsabilidades e tarefas domésticas e de cuidado entre mulheres e homens, que resultam, na prática, em menores rendimentos no seu presente, menores pensões no seu futuro e menores probabilidades de subida na carreira ao longo da sua vida profissional;
- o trabalho não-remunerado, tanto a nível das tarefas domésticas, como a nível do cuidado com descendentes e ascendentes ser ainda essencialmente assegurado pelas mulheres.

Persiste o padrão masculino de reduzida alocação de tempo destinado ao trabalho doméstico e do homem como executante secundário da produção doméstica. Ou seja, a conciliação ainda é, muitas vezes, colocada como uma questão de mulheres e as medidas de conciliação têm tido, por vezes, o efeito perverso de reforçar o papel das mulheres como cuidadoras, fazendo com que as mesmas possam enfrentar uma dupla armadilha:

- Quando optam pelo trabalho a tempo parcial passam a auferir menos salário (que conduz no futuro a pensões mais baixas) e a participação dos homens no trabalho não-pago pode ainda ser mais reduzida;
- Por outro lado, quando mantêm o emprego a tempo inteiro, se não houver igualdade na partilha de cuidados e de tarefas, as mulheres acabam por acumular uma dupla jornada de trabalho, tendo esta sobrecarga pesadas consequências (de saúde, por exemplo) para as mesmas.

Apesar de mais escolarizadas do que os homens, as mulheres trabalham mais em setores e ocupações pior remunerados (segregação horizontal do mercado de trabalho) do que eles e, para além disso, recebem menos do que eles:

- Em 2020, por grandes grupos profissionais, a remuneração média mensal de base dos homens foi de 1 104,49€ e a das mulheres foi 957,50€; e a remuneração média mensal de ganho dos homens foi de 1 344,54€ e a das mulheres de 1 128,35€, situando-se o *gender pay gap* (GPG) base nos 13,3% e o GPG ganho nos 16,1%, em desfavor das mulheres.

Como a diferenciação salarial não decorre, e não é explicada, por variáveis como o setor de atividade económica, profissão, nível de qualificação profissional, habilitações literárias ou antiguidade no emprego, pode concluir-se que, em Portugal, a questão do *gender pay gap* é indissociável do fenómeno de segregação sexual do mercado de trabalho, em particular a distribuição por ramo de atividade, o que terá implicações futuras em termos do valor das pensões recebido por homens e mulheres.

São as mulheres que estão mais expostas à privação material e social e ao risco de pobreza, em particular as que se encontram em grupos etários mais elevados, não só porque têm remunerações médias mensais mais baixas do que os homens, mas também porque é sobre elas que recai grande parte do trabalho não-remunerado (tarefas domésticas e de cuidado).

Por outro lado, as mulheres continuam a estar sub-representadas nos cargos de poder e tomada de decisão, tanto política como económica (segregação vertical do mercado de trabalho). No entanto, uma participação mais equilibrada de homens e mulheres em cargos de tomada de decisão poderia proporcionar decisões que refletissem com mais precisão a composição da sociedade, fortalecendo a democracia e o seu bom funcionamento.

Outra área a destacar é a violência de género que continua a afetar a sociedade portuguesa, como aliás a generalidade das sociedades e que atinge de forma desproporcional as mulheres:

- A esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica, de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e de homicídios conjugais são mulheres e a grande maioria dos denunciados e condenados são homens. O problema é ainda agravado porque são crimes em que muitas vezes há grau de parentesco entre vítimas e denunciados / condenados, nomeadamente o de conjugalidade e ex-conjugalidade e o filio-parental;
- Também a mutilação genital feminina se constitui como violência de género. A identificação de situações por parte do Sistema Nacional de Saúde tem sido uma preocupação crescente, estando a ser detetadas em Portugal mais mulheres que foram sujeitas a este procedimento, a maioria da Guiné-Bissau e da Guiné-Conacri.

Relativamente às questões LGBTI, em Portugal, tem-se verificado uma tendência crescente de casamentos entre pessoas do mesmo sexo e uma tendência crescente relativamente aos procedimentos de mudança da menção do sexo no registo civil e da consequente alteração de nome próprio, em especial do sexo masculino para feminino, quer em adultos, quer em menores (16 e 17 anos de idade).

